



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB.  
ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INTERDISCIPLINARES**

**MARIA ELIETE RODRIGUES GOMES**

**UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A VALORIZAÇÃO DOS  
PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM FAGUNDES-PB**

**CAMPINA GRANDE- PB**

**2014**

**MARIA ELIETE RODRIGUES GOMES**

**UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A VALORIZAÇÃO DOS  
PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM FAGUNDES-PB**

Trabalho de conclusão de curso encaminhado com finalidade de submissão à apreciação pela banca examinadora do curso de pós-graduação em Fundamentos da educação: práticas pedagógicas interdisciplinares, oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup>Ms. Adalgisa Rasia

**CAMPINA GRANDE- PB**

**2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G633o Gomes, Maria Eliete Rodrigues de Ataíde.  
Um olhar sobre a prática pedagógica e a valorização dos professores de educação infantil em Fagundes - PB [manuscrito] / Maria Eliete Rodrigues De Ataíde Gomes. - 2014.  
52 p.  
Digitado.  
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.  
"Orientação: Profa. Ma. Adalgisa Rasia, Departamento de Educação".  
1. Educação infantil. 2. Educador infantil. 3. Prática pedagógica. I. Título.

21. ed. CDD 371.1

MARIA ELIETE RODRIGUES DE ATAÍDE GOMES

UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A VALORIZAÇÃO DOS  
PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM FAGUNDES-PB

Trabalho de conclusão de curso encaminhado com finalidade de submissão à apreciação pela banca examinadora do curso de pós-graduação em Fundamentos da educação: práticas pedagógicas interdisciplinares, oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ms. Adalgisa Rasia

Aprovado em : \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA



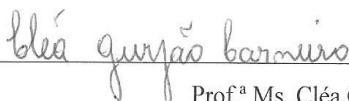
Prof.<sup>a</sup> Ms. Adalgisa Rasia

Orientadora - UEPB



Prof.<sup>a</sup> Ruth Brito de Figueiredo Melo

Examinadora - UEPB



Prof.<sup>a</sup> Ms. Cléa Gurjão Carneiro

Examinadora - UEPB

Dedico este trabalho acadêmico aos meus saudosos pais João Rodrigues de Ataíde e Maria Eunice Rodrigues, que apesar de todas as dificuldades de outrora, me deixaram, dentre outros legados, a importância do conhecimento.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao meu bom Deus pelas graças que derrama todos os dias sobre mim e toda a minha família, bem como por ter permitido que mais este sonho se concretizasse em minha vida.

Meus agradecimentos à Universidade Estadual da Paraíba –UEPB pela oportunidade de estudar mais uma vez em uma das mais renomadas universidades do Estado da Paraíba.

Agradeço também às minhas filhas Thaís e Laíssa pelo apoio e colaboração a mim dispensado desde o início deste curso de pós-graduação, ao meu esposo Roberto pela dedicação e companheirismo de todos os momentos, aos meus colegas deste curso pela valiosa amizade e enriquecedora companhia e a todos os professores pela paciência e colaboração de toda esta trajetória.

Agradeço carinhosamente à querida professora Adalgisa Rasia, pelo empenho, dedicação e, especialmente, pela louvável orientação deste trabalho de conclusão de curso.

“A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe.”

*Jean Piaget*

## RESUMO

A luta pela educação infantil de qualidade como direito de toda criança na faixa etária definida de zero a seis anos de idade ganhou maior força na década de 70, deste modo, entre a faixa temporal que vai de 1970 até 1980, os movimentos sociais organizados colocaram a educação infantil na agenda de suas reivindicações. No final dos anos 70, e sobretudo na década de 80, surgiu em São Paulo o “Movimento de Luta por Creches”. Pesquisas realizadas em meados de 1980 já relatavam a relevância dos seis primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano, a formação da inteligência e da personalidade, todavia, até 1988 a criança brasileira com idade inferior aos sete anos de idade não tinha o direito à educação. A atual Constituição da República Federativa do Brasil veio, entretanto, a assegurar pela primeira vez a educação como um direito da criança e dever da família e do Estado. Desta senda, este trabalho monográfico foi dividido em dois capítulos teóricos, o primeiro contextualiza a Educação Infantil nos seus aspectos históricos, políticos e sociais, bem como a legislação que alicerça o direito à Educação Infantil, por sua vez, o segundo aborda o perfil do educador infantil, o seu saber docente, suas competências e desafios históricos para o atendimento à infância. Utilizando como Métodos científicos o Método Indutivo, que deriva de observações de casos da realidade concreta, sendo as constatações particulares que levam à elaboração de generalizações, e o Método Dedutivo, raciocínio que tem como objetivo explicar o conteúdo das premissas, por meio de uma cadeia racional em ordem decrescente, de análise do geral para o particular, chegando a uma conclusão, quanto a *locus*, a pesquisa foi realizada em duas instituições do município de Fagundes-PB, especificamente na zona urbana, sem uma delas escola da rede pública com turmas de ensino infantil e a instituição denominada e a outra uma creche municipal. Os sujeitos alvo da pesquisa totalizam 5 (cinco) educadoras que lecionam nas turmas de Educação Infantil das referidas instituições de ensino, pertencentes à rede pública municipal de Fagundes-PB e os dados foram coletados através de um questionário aplicado às educadoras que aceitaram participar da pesquisa, este continha 6 (seis) indagações referentes ao tema: *Um olhar sobre a prática pedagógica e a valorização dos professores de Educação Infantil em Fagundes-PB*. A partir dos dados coletados, foi realizada uma análise qualitativa levando em consideração as opiniões das professoras, resgatando a vez e a voz destes profissionais.

**Palavras chave:** Educação Infantil, Desvalorização, Prática pedagógica.



## ABSTRACT

The fight for quality childhood education as a right of every child in the age group between zero to six years old gained a larger strength in the decade of 1970, this way, between the year range that goes from 1970 to 1980, the organized social movements included childhood education in their agenda of claims. By the end of the 1970s and, above all in the decade of 1980, the “Movement for the Fight of Day Care Centers” rose in São Paulo. Research made in the middle of the 1980s already described the relevance of the first six years of life to human development, formation of intelligence and personality. However, until 1988 the Brazilian child below seven years of age had no right to education. The current Constitution of the Federative Republic of Brazil came, however, to ensure for the first time education as a right of the child and a duty of the family and the State. Thus, this monographic work was divided in two theoretical chapters, the first contextualizes the Childhood Education in its historical, political and social aspects, as well as the legislation that upholds the right to Childhood Education, on the other hand, the second addresses the profile of the childhood educator, its teaching knowledge, its competences and historical challenges to the care of children. Utilizing as scientific methods the Intuitive Method, which derives from observations of concrete cases, being the particular findings the ones that lead to the elaboration of generalizations, and the Deductive Method, reasoning that has the objective of explaining the content of premises, by way of a rational chain in decreasing order, from analyses of the general to the particular, arriving at a conclusion, as the *locus*, the research was made in two institutions in the municipality of Fagundes-PB, specifically in the urban zone. The target subjects of the research total 5 (five) educators who teach in Childhood Education classes in the referred institutions of teaching, which belong to the municipal public network of Fagundes-PB and the data was collected via a questionnaire applied to the educators who agreed to take part in this research, it contained 6 (six) inquiries pertaining to the theme: *A look over the pedagogical practice and the valorization of the teachers of Childhood Education in Fagundes-PB*. From the data collected, it was performed a qualitative analysis taking into consideration the opinions of the teachers, rescuing the time and the voice of these professionals.

**Keywords:** Child education, Devaluation, Pedagogical practice.



## LISTA DE SIGLAS

<b>CF</b>	Constituição da República Federativa do Brasil
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>RECNEI</b>	Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

## LISTA DE TABELAS

<b>1ª TABELA.....</b>	<b>32</b>
<b>2ª TABELA.....</b>	<b>33</b>
<b>3ª TABELA.....</b>	<b>35</b>
<b>4ª TABELA.....</b>	<b>37</b>
<b>5ª TABELA.....</b>	<b>38</b>
<b>6ª TABELA.....</b>	<b>42</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>I CAPÍTULO</b>	
<b>CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL NOS SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS.....</b>	<b>15</b>
1.1.- ASPECTOS HISTÓRICOS.....	15
1.2- EDUCADORES QUE INFLUENCIARAM A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	16
1.3- POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	21
1.3.1- A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	21
1.3.2- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB).....	22
1.3.3- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA).....	24
<b>II CAPÍTULO</b>	
<b>O PERFIL DO EDUCADOR INFANTIL.....</b>	<b>25</b>
2.1- O SABER DOCENTE DO EDUCADOR INFANTIL E SUA VALORIZAÇÃO SOCIAL.....	25
2.2- RESGATANDO OS ASPECTOS HISTÓRICOS DP PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	27
2.3- AS NOVAS COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	29
<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>30</b>
CARACTERIZAÇÃO.....	30
SUJEITOS.....	30
COLETA DE DADOS.....	31
ANÁLISE DOS DADOS.....	31
<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>32</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>50</b>
Anexo 1 - Questionário aplicado com as professoras.....	51

## INTRODUÇÃO

A educação, sendo ela o desenvolvimento de habilidades e aptidões individuais, é um dos mecanismos fundamentais para a transformação dos mais variados problemas presentes em nosso contexto social, contudo, para a aplicação adequada da perspectiva educacional, torna-se crucial a abordagem a cerca do ensino infantil, início de toda a base educacional.

A Educação Infantil é ministrada normalmente no período compreendido de zero até seis anos de idade da criança. Nesta modalidade de educação, os alunos são estimulados, através de atividades lúdicas e pedagógicas, a descobrir, desenvolver e exercitar as suas capacidades motoras, cognitivas e afetivas. A educação infantil é ministrada em creches e pré-escolas, estabelecimentos educativos tanto da rede municipal, estadual ou particular. Berçários, creches, pré-escolas, jardins de infância, infantários e jardins-escola foram outras nomenclaturas designadas para o atendimento destas crianças.

Pesquisas realizadas em meados de 1980 já relatavam a relevância dos seis primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano, a formação da inteligência e da personalidade, todavia, até 1988 a criança brasileira com idade inferior aos sete anos de idade não tinha o direito à educação. A atual Constituição da República Federativa do Brasil veio, entretanto, a assegurar pela primeira vez a educação como um direito da criança e dever da família e do Estado.

É importante destacar que novas divisões se estabeleceram para melhor atender estas crianças, a exemplo da divisão por idade: de zero a três anos, frequentariam creches; e os maiores, de três a seis anos, seriam alunos de pré-escola. Mas, por ausência de recursos necessários, as instituições nem sempre cumprem esses padrões e algumas creches brasileiras chegam a atender crianças de zero a seis anos em forma de uma educação integral.

Segundo Kramer (1996, p. 18) “uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar e toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada e que toda proposta pedagógica tem uma aposta”. Refletindo sobre os momentos históricos do campo da Educação Infantil, percebemos que este vem de um processo intenso de revisão de concepção e avanços sobre a educação de crianças de zero a seis anos, a partir destas constatações buscamos através deste trabalho monográfico conhecer as

percepções que os professores da Educação Infantil possuem sobre suas práticas pedagógicas e o sentido de valorização de sua profissão no seu aspecto social.

Portanto, este trabalho monográfico foi dividido em dois capítulos teóricos, o primeiro contextualiza a Educação Infantil nos seus aspectos históricos, políticos e sociais, por sua vez, o segundo aborda o perfil do educador infantil, o seu saber docente, suas competências e desafios históricos para o atendimento à infância, finalizando, apresentaremos os resultados e discussões sobre a pesquisa realizada com professoras do Ensino Infantil.

## I CAPÍTULO

### CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL NOS SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS:

#### 1.1- ASPECTOS HISTÓRICOS

No período que compreende a antiguidade, a criança era vista como um adulto em formação, e, neste sentido, era por meio da integração aos demais adultos que deveria aprender os hábitos e conhecimentos necessários. Deste modo, a família e o grupo social tinham responsabilidade sobre a educação da criança, todavia, nem sempre esta transmissão de conhecimentos ocorria no seio familiar, devido à ausência de laços afetivos e liberdade entre estes. Neste sentido, afirma Rawls (2009, p. 577) que:

A família pode ser vista como a primeira de muitas associações (escola, clubes, bairros, entre outras) nas quais a criança, eventualmente, toma parte. Por meio da participação nessas associações, as crianças aprendem as virtudes do bom aluno e do bom colega e os ideais do bom esportista e do camarada.

A partir do século XVIII, a visão sobre a criança começa a mudar e os próprios pais passam a dar mais atenção à área afetiva e social da criança. Conforme o entendimento de Lunardi (2003), a família passa a assumir um novo papel, uma vez que a educação das crianças passa a ter uma atenção especial. Nesse período da história da humanidade, a criança era, sob a ótica da escola, um ser inacabado e desprovido de qualquer conhecimento. Portanto, a maior função da escola nessa época foi introduzir repetidamente normas para as crianças, sendo estas normas costumes e valores sociais e morais com o objetivo preparar para o trabalho. Sobre o conceito de criança, entretanto, faz necessário compreender que, segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 21):

A concepção de criança é uma noção historicamente construída e, conseqüentemente, vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época. Assim é possível que, por exemplo, em uma mesma cidade existam diferentes maneiras de se considerar as crianças pequenas dependendo da classe social a qual pertencem, do grupo étnico do qual fazem parte.



No Brasil, durante o século XIX, creches, internatos e asilos foram criados com a finalidade de atender crianças pobres e os filhos de escravos que, com a abolição da escravatura, não tinham onde se refugiar. A Educação Infantil assumiu, portanto, seu caráter assistencialista, preparando a criança para aceitar a sua condição social e a não se questionar sobre a sua realidade. Desta senda, Kuhlmann (1998, p. 182) define a educação assistencialista como:

Uma educação que parte de uma concepção preconceituosa da pobreza e que, por meio de um atendimento de baixa qualidade, pretende preparar os atendidos para permanecer no lugar social a que estariam destinados. Uma educação bem diferente daquela ligada aos ideais de cidadania, de liberdade, igualdade e fraternidade.

Outra solução encontrada para solucionar o problema do amparo ao menor foi a criação de jardins-de-infância, já existentes, inclusive, na Europa. Tal medida gerou uma celeuma entre os políticos, pois enquanto uns acreditavam que eles serviam como lugar de apenas amontoar crianças, outros defendiam que sua criação no Brasil poderia ser vantajosa para o desenvolvimento infantil.

O público atendido, em sua grande maioria, era de crianças de baixa renda e visava apenas sanar as carências primárias de forma a compensar suas famílias. Entre as mais diversas finalidades do atendimento às crianças pequenas estavam o cuidado, a higiene e a alimentação de crianças cujos pais, por precisarem trabalhar, não conseguiria prestar-lhes.

Em meados de 1970, a educação infantil brasileira viveu intensas transformações. É durante o regime militar, que tantos prejuízos trouxe para a sociedade, que se inicia esta nova fase, que terá seus marcos de consolidação nas definições da Constituição de 1988 e na tardia Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996.

No Brasil, as lutas em torno da Constituinte de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional e as discussões em torno da atuação do Ministério da Educação nos anos de 1990 são parte de uma história coletiva de intelectuais militantes e movimentos sociais que vieram favorecer a Educação Infantil.

As políticas educacionais voltadas à educação de crianças de zero a seis anos defendiam a educação compensatória com vistas à suprir carências culturais,

deficiências linguísticas e defasagens afetivas das crianças oriundas das camadas populares. Conforme assevera Rosemberg (1992, p.26),

A proposta do MEC de 1975, com alguns ajustes periféricos, tornou-se o as modelo nacional de atenção ao pré-escolar até, pelo menos, a Nova República (...) Apesar da sua força de persuasão discursiva, foi praticamente nulo seu impacto de fato no sistema educacional.

Neste sentido, infere-se que combater a desigualdade e considerar as diferenças é tarefa difícil embora necessária se a perspectiva que se objetiva consolidar é democrática, contrária à injustiça social e à opressão.

Em meados de 1988 no Brasil, é que, todavia, o direito à educação das crianças de zero a seis anos foi garantido pela Constituição Federal Brasileira que passou a reafirmar a natureza educativa das instituições de ensino de educação infantil. Embora estas, até então, tivessem um caráter mais assistencialista do que educacional. Após a Constituição Brasileira surgiu a Lei Federal nº 8969/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, comumente chamado de ECA, que já no seu artigo 3º, deixa explícito:

Art 3º. A Criança e o Adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

A legislação é clara ao dizer que a criança e o adolescente possuem o direito a uma educação que favoreça o seu desenvolvimento em diferentes aspectos, mas por mais que o ECA seja uma legislação de 1990, ainda hoje, lutamos para que estes direitos sejam assegurados e postos em prática. Tais direitos constam no art. 4º do ECA que afirma:

Art 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Este artigo do ECA esclarece que não é só a família que têm o dever de assegurar os direitos da criança, mas também toda a sociedade e todo o Poder Público e que todos os seus direitos, sejam a saúde e a educação por exemplo, devem ser

priorizados por todos os responsáveis pela criança. Neste mesmo sentido, traz o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Atualmente existem muitas instituições de ensino preparadas para receber a criança, valorizando-a e prezando por seu desenvolvimento integral, ou seja, enfatizando não só seu desenvolvimento cognitivo, como também psicológico, físico e social, mas nem sempre isso ocorre. A incorporação de creches aos sistemas educacionais não necessariamente tem proporcionado a superação da educação assistencialista e proporcionado o modelo de educação pedagógica.

Entretanto, novas divisões se estabeleceram, a exemplo da divisão por idade: de zero a três anos, frequentariam creches; e os maiores, de três a seis anos, seriam usuários de pré-escola. Mas, por ausência de recursos necessários, as instituições nem sempre cumprem esses padrões e algumas creches brasileiras chegam a atender crianças de zero a seis anos.

## **1.2- EDUCADORES QUE INFLUENCIARAM A EDUCAÇÃO INFANTIL**

O amadurecimento da ideia da implementação da Educação Infantil, bem como seu desenvolvimento no decorrer dos tempos, não poderia se pautar apenas na ação da escola, um longo caminho foi percorrido para que pudéssemos falar numa educação voltada para os primeiros anos de vida da criança. Neste sentido se faz de suma importância a contribuição de grandes pensadores da Educação Infantil que colaboraram para a compreensão sobre a infância e o seu desenvolvimento.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), com suas ideias, desmistificou a concepção de que a educação é o processo pelo qual a criança passa a adquirir conhecimentos, hábitos e atitudes armazenados pela civilização, sem qualquer modificação. Defendeu também a ideia de que a verdadeira finalidade da educação é ensinar a criança a viver e aprender a exercer a liberdade, ademais, em sua sociedade ideal e natural, onde a natureza conserva sua simplicidade e inocência originais, todos os indivíduos seriam educados juntos e participariam de interesses comuns. Salientou também que se cada

fase da vida tem sua existência própria, a educação inicial não mais poderia ser vista como uma preparação à vida.

Tendendo para os fundamentos psicológicos da educação, Pestalozzi (1746-1827) possuía uma potencial fé na educação como meio supremo para o aperfeiçoamento individual e social. Seu entusiasmo atraiu reis e governantes a se interessarem pela educação das crianças de classe baixa. E, sobretudo, democratizou a educação ao proclamar ser um direito absoluto de toda criança ter plenamente desenvolvidos os poderes que Deus lhe deu. Em suas palavras:

Confiante nas faculdades da natureza humana que Deus colocou nas crianças mais pobres e mais desprezadas eu não tinha apenas aprendido em experiências anteriores que esta natureza desdobra as mais formosas potencialidades em meio ao lodo da rudeza, do embrutecimento e da ruína, mas via, nas minhas próprias crianças, irromper essa força viva, mesmo em meio de toda sua brutalidade (Apud INCONTRI, 1997, p. 90).

Já Froebel (1782-1852) é figura de destaque no cenário educacional moderno, com ideias que reformularam a educação, afirmou que a educação é o meio pelo qual o ser humano desenvolve sua condição autoconsciente. Para Froebel, a infância é o período em que a criança deve ser protegida pelos pais, pois ela é dependente, foi o primeiro educador que captou o significado de família nas relações humanas. Salientou que as atividades motoras e os sentidos são preponderantes nesta fase da vida, idealizou, ademais, recursos sistemáticos para que as crianças se expressassem. Neste sentido, aduz Froebel (1912c, p.21) que é destino da criança:

Viver de acordo com sua natureza, tratada corretamente, e deixada livre, para que use todo eu poder(...) A criança precisa aprender cedo como encontrar por si mesmo o centro de todos os seus poderes e membros, para agarrar e pegar com suas próprias mãos, andar com seus próprios pés e encontrar e observar com seus próprios olhos.

É de fundamental importância, ao tratarmos de uma teoria pedagógica, contextualizarmos, ou seja, buscarmos compreender o momento histórico de seu surgimento. Para isso, recorreremos ao surgimento das “escolas novas”, no século XX, movimento em que se inserem as ideias do método de Decroly. O educador belga Ovide Decroly (1871-1932) interessou-se especificamente pelas crianças com deficiência, outrora chamadas erroneamente de “retardadas” ou “anormais”, com o seu método dos centros de interesse, rompeu com a rigidez dos programas de ensino de seu

tempo, trouxe a ideia de que a sala de aula está em todos os locais e é presente no cotidiano. Segundo uma das principais inovações abordadas pelo autor (1998, p.38):

A nosso juízo, os exercícios visuais motores são os mais importantes para a educação das crianças pequenas e de deficientes intelectuais. Ocupam o sujeito de modo ativo, fixam a atenção.

Destacamos também a educadora Maria Montessori (1870-1952), que mudou os rumos da educação tradicional, que privilegiava a formação intelectual, emprestou um sentido vivo e ativo à educação, destacou-se pela criação de Casas de crianças (instituições de educação e vida). Observou os defeitos das escolas comuns e dedicou-se à formação de professores para a educação de “anormais” (expressão equivocada, porém usual à época). Saliente-se a importância do movimento das Escolas Novas em oposição aos métodos tradicionais, que não respeitavam as necessidades e a evolução do desenvolvimento infantil.

Faz-se necessário, contudo, ressaltar o psicólogo e filósofo Jean Piaget (1896-1980), o nome mais influente no campo da educação durante a segunda metade do século 20 e criador da Teoria Cognitiva, de onde veio grande parte dos conhecimentos atuais sobre o desenvolvimento infantil. Para Piaget (2007, p.1):

O conhecimento não pode ser concebido como algo predeterminado nem nas estruturas internas do sujeito, porquanto estas resultam de uma construção efetiva e contínua, nem nas características preexistentes do objeto, uma vez que elas só são conhecidas graças à mediação necessária dessas estruturas, e que essas, ao enquadrá-las, enriquecem-nas.

Desta forma, o conhecimento é uma estruturação da realidade e não apenas uma cópia, o que reforça a percepção de que a criança é construtora do seu próprio processo de conhecimento e desenvolvimento de sua inteligência.

A partir de testes para compreender o desenvolvimento intelectual infantil, o suíço deduziu também que as crianças raciocinam e crescem em etapas. Aos dois anos, passam do estágio sensório-motor, em que os órgãos sensoriais e os primeiros reflexos neurológicos estão em evidência, para o pré-operacional, em que desenvolvem o pensamento egocêntrico, intuitivo e mágico, sem distinção do que é imaginário e o que é realidade. Aos sete anos, a criança chega à terceira etapa, chamada de operacional-concreto, em que desenvolve a capacidade de pensar no inverso das coisas. Aos 12 anos, a criança atinge o estágio operacional-formal, nesta etapa, o sujeito consegue

discernir lógica e sistematicamente e fazer deduções sem ter apoio em objetos concretos.

### **1.3- POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

#### **1.3.1- A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Possuindo como marco inicial o período que compreende à Ditadura Militar, qualquer análise relacionada às políticas públicas voltadas para educação infantil no Brasil deve ser contextualizada à luz dos aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e ao movimento contraditório da sociedade capitalista da época em questão.

A luta pela educação infantil de qualidade como direito de toda criança na faixa etária definida de zero a seis anos de idade ganhou maior força na década de 70, deste modo, entre a faixa temporal que vai de 1970 até 1980, os movimentos sociais organizados colocaram a educação infantil na agenda de suas reivindicações. No final dos anos 70 e, sobretudo na década de 80, surgiu em São Paulo o “Movimento de Luta por Creches”. Segundo Merisse (1997, p. 49),

O Movimento de luta por creches, sob influência do feminismo, apresentava suas reivindicações aos poderes públicos no contexto por direitos sociais e da cidadania, modificando e acrescentando significados à creche enquanto instituição. Esta começa a aparecer como um equipamento especializado para atender e educar a criança pequena, que deveria ser compreendido não mais como um mal necessário, mas como alternativa que poderia ser organizada de forma a ser apropriada e saudável para a criança, desejável à mulher e a família. A creche irá, então, aparecer como um serviço que é um direito da criança e da mulher, que oferece a possibilidade de opção por um atendimento complementar ao oferecido pela família, necessário e também desejável.

A educação infantil, neste sentido, passou a integrar a agenda das políticas de desenvolvimento econômico e social elaborada pelos organismos vinculados à Organização das Nações Unidas (ONU), dando surgimento a uma consciência social de que a educação nessa etapa da vida humana deveria ser um direito inerente a todas as

crianças, possuindo, inclusive, um viés compensatório, visando à reposição de carências culturais e nutricionais das crianças.

Na Constituição Federal de 1988, a educação das crianças de 0 a 6 anos, concebida, muitas vezes, como amparo e assistência, passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional, em resposta ao movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças. Assim, garante a Constituição Federal em seu artigo 6º:

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.

Compondo um dos pilares dos direitos sociais, nesse contexto, a proteção integral às crianças deve ser assegurada, como uma das absolutas prioridades do ordenamento jurídico brasileiro, pela família, pela sociedade e pelo poder público. Essa inclusão constitui um ganho, sem precedentes, na história da Educação Infantil em nosso país. No entanto, os direitos reconhecidos para as crianças menores de sete anos não foram assegurados, tendo em vista que não houve previsão orçamentária em relação à fonte específica de financiamento da educação.

### **1.3.2- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB)**

Como se pode constatar temos uma Carta Magna que preconiza o dever do Estado em ofertar educação pública de qualidade, concebendo a criança como sujeito de direitos. Neste mesmo liame, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – nº 9.394 de 1996), que define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição de 1988.

Em 1996, a LDB evidenciou a importância da educação infantil, que passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica. Desta forma, o trabalho pedagógico com a criança de zero a seis anos adquiriu reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional: atender às especificidades no desenvolvimento das crianças dessa faixa etária e contribuir para a construção e o exercício de sua cidadania.

É por meio da LDB que encontramos os princípios gerais da educação, bem como as finalidades, os recursos financeiros, a formação e diretrizes para a carreira dos profissionais da educação. Além disso, essa é uma lei que se renova a cada período, cabendo à Câmara dos Deputados atualizá-la de acordo com as mudanças sociais,

visando melhorias para a educação, primando pelo direito universal à educação para todos.

Neste sentido, a última atualização ocorreu em 2013, com o advento da lei nº 12.796, de 4 de abril. Dentre as modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, desde a data da alteração, crianças com quatro anos na escola não serão mais uma opção dos pais, mas uma obrigação, assim dispõe seu artigo 2º:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Deste modo, a partir de 2016, os pais que desobedecerem aos novos parâmetros da LDB, poderão ser punidos com multa ou detenção de 15 dias. Outra mudança bastante significativa é quanto ao currículo da educação infantil. Este deve seguir a mesma base em todo o país, respeitando a diversidade cultural de cada região. Para a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação.

Tais mudanças representam a democratização do ensino no Brasil, desta senda, o artigo 4º, inciso IV, nos ajuda a compreender os desdobramentos das políticas públicas estabelecidas no âmbito da legislação nacional e sua efetivação com relação à educação infantil:

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:  
 (...)
   
 IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.  
 (...)

A Lei, afirma, portanto, o dever do Estado com a educação das crianças de 0 a 6 anos de idade. A inclusão da creche no capítulo da educação explicita a função eminentemente educativa desta, da qual é parte intrínseca a função do cuidar.

Contudo, assegurar os direitos previstos na LDB implica na implantação de políticas educacionais pelo Estado com a participação de segmentos da sociedade civil, com a necessária articulação entre os entes federados - união, distrito federal, estados e municípios - para que os objetivos proclamados para essa etapa da educação básica possam ser efetivados.



### 1.3.3- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

A luta em defesa do exercício da cidadania desde a tenra infância está, além de em outros dispositivos legais, materializada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990), este, por sua vez, é o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Para uma Educação em Direitos Humanos e por uma Pedagogia da Infância na Educação Infantil, o ECA permanece como um importante legado para as crianças e os profissionais da educação, que diariamente buscam nas relações que estabelecem entre si, na organização dos espaços e dos tempos e na construção de aprendizagens significativas, a indissociabilidade do cuidar e educar.

O acesso à educação infantil é universal, em que pese haver obrigatoriedade dos pais em colocá-los na escola até os seis anos de idade. Conforme assegura o artigo 4º, caput, do Estatuto da Criança e do adolescente:

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O dispositivo, que praticam ente reproduz a primeira parte do enunciado do art. 227, caput, da CF, procura deixar claro que a defesa/promoção dos direitos fundamentais assegurados à criança e ao adolescente, não é tarefa de apenas um órgão ou entidade, mas deve ocorrer a partir de uma ação conjunta e articulada entre família, sociedade/comunidade e Poder Público.

Desta forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente, ratificou em seu Art. 54. que “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: (...) V - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (...)”.

Sabe-se, todavia, que o poder público não assegura, ainda, o atendimento de 100% da demanda na educação infantil. Em razão dos dispositivos legais mencionados tem-se que, gradativamente, e de forma articulada com as demais políticas e programas, deverá haver um aumento no número de vagas na educação infantil, até que se possa atender plenamente a demanda neste nível de educação.

## II CAPÍTULO

### O PERFIL DO EDUCADOR INFANTIL

#### 2.1- O SABER DOCENTE DO EDUCADOR INFANTIL E SUA VALORIZAÇÃO SOCIAL

A formação dos professores, atualmente configura-se num desafio que rodeia o futuro da educação e da própria sociedade brasileira, diante das transformações ocorridas na política em nosso país, mais do que nunca há a necessidade de construção de um projeto político e educacional, voltado para uma formação que se efetive em bases consistentes, teoricamente sólidas e fundadas nos princípios de qualidade e de relevância social.

Os saberes dos professores são plurais e heterogêneos, a sociedade hoje exige uma educação comprometida com mudanças e transformações sociais, neste sentido, Tardif (2002, p.36) faz uma breve explanação sobre a diferenciação dos saberes utilizados pelo docente em sua atividade habitual, iniciando pelos saberes profissionais, ou seja, aqueles saberes adquiridos no âmbito da formação dos docentes, os saberes destinados à formação científica ou erudita dos professores:

Pode-se chamar de saberes profissionais o conjunto de saberes transmitidos pelas instituições de formação de professores (escolas normais ou faculdades). O professor e o ensino constituem objetos de saber para as ciências humanas e para as ciências da educação

As constantes modificações sociais apontam para uma revisão da compreensão da prática pedagógica do professor, que é tomado como mobilizador de saberes. Considera-se, assim, que este, em seu caminho, constrói e reconstrói seus conhecimentos de acordo com a necessidade de utilização dos mesmos, suas experiências, seus percursos formativos e profissionais.

O desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a relação necessária entre teoria e prática é, portanto, um diferencial capaz de conduzir, dialogicamente, a própria relação rumo a uma nova *práxis* e o exercício da docência compreendido como ação transformadora que se renova tanto na teoria quanto na prática. Considerando a relevância dos saberes oriundos da experiência, Tardif (2002, p.49) faz uma explanação

acerca dos saberes que são adquiridos na prática da profissão, comumente conhecidos por saberes experienciais:

O conjunto de saberes atualizados, adquiridos e necessários no âmbito da prática da profissão docente que não provêm das instituições de formação nem dos currículos. Estes saberes não se encontram sistematizados em doutrinas ou teorias. São saberes práticos (e não da prática), eles não se superpõem à prática para melhor conhecê-la, mas se integram a ela e dela, são partes constituintes enquanto representações, a partir das quais os professores interpretam, compreendem e orientam sua profissão e sua prática cotidiana em todas as suas dimensões. Elas constituem, por assim dizer, a cultura docente em ação.

Saliente-se, entretanto, que ainda há os saberes disciplinares oriundos das diferentes áreas do conhecimento (matemática, história, filosofia), os saberes curriculares que se apresentam nos programas escolares, os quais os professores necessitam de alguma forma aplicar, e o saber ensinar, que possui fundamentos tanto existenciais quanto programáticos.

Esses saberes, como um todo, são transformados e passam a integrar a identidade do professor, constituindo-se em elemento fundamental nas práticas e decisões pedagógicas, sendo, assim, caracterizados como um saber original. Essa pluralidade de saberes que envolve os saberes da experiência é tida como cerne na competência profissional e é oriunda também do cotidiano e do meio vivenciado pelo professor.

Pela própria definição do que seja a tarefa docente, é mais do que evidente a sua complexidade. A compreensão sobre a natureza do trabalho docente vem, ao longo dos últimos anos, imprimindo novas propostas de formação de professores, cujo objetivo seria o de superar ou reduzir o quadro atual gerado pelo cotidiano dos professores. A situação educacional hoje exige que o professor lide com um conhecimento em constante mutação. Com base nesta perspectiva, Pimenta (1999, p.15) afirma que:

Contraopondo-se a essa corrente de desvalorização profissional do professor e as concepções que o consideram como simples técnico reproduzidor de conhecimentos e/ou monitor de programas pré-elaborados, entendo que na sociedade contemporânea cada vez mais se torna necessário seu trabalho enquanto mediação aos processos constitutivos de cidadania dos alunos, para que consiga a superação do fracasso escolar e das desigualdades escolares. O que parece, impõe a necessidade de repensar a formação de professores.

O professor que atua na Educação Infantil, como tantos outros, ao trabalhar com as crianças lança mão de diversos conhecimentos que internaliza dia após dia, faz-se

necessário, contudo, repensar da formação deste professor inserindo-o, assim, numa perspectiva de superação da racionalidade técnica, demasiadamente alicerçada nos aspectos curriculares e disciplinares, para uma perspectiva alicerçada no terreno profissional.

O ser professor, no contexto atual, exige certa ousadia aliada a diferentes saberes. Na era do conhecimento e numa época de mudanças, a questão da formação de professores vem assumindo posição de urgências nos espaços escolares. Nessa perspectiva, a formação relaciona-se também à ideia de aprendizagem constante no sentido de provocar inovação na construção de novos conhecimentos que darão suporte teórico ao trabalho docente.

No processo de construção da sociedade o professor assumiu diversas personalidades, porém a atualidade o convida a ser sujeito de resgate de sua identidade, visto que ser professor, na atualidade, deixou de ser considerado por alguns como uma profissão, passando a ser até um complemento salarial. Faz-se necessário atentar para o desinteresse das crianças, jovens, adultos de serem professores, uma vez que o salário, a desvalorização social, a violência, a indisciplina, a culpa pela não aprendizagem dos alunos estão sendo vistos como elementos significativos que desmotivam a categoria docente.

## **2.2- RESGATANDO OS ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A profissão docente como temos conhecimento hoje só se estruturou a partir do século XV, especificamente na civilização ocidental das cidades gregas Esparta e Atenas, bem como em Roma, onde a sociedade burguesa, em suas atividades econômicas proporcionou uma contribuição significativa no surgimento do novo homem, conforme as lições de Costa (1995, p.63), “cuja concepção de mundo diverge, inteiramente, da concepção de mundo do homem medieval”.

Como surgimento da escrita, o homem deu início a uma nova etapa do seu desenvolvimento, consistindo esta na desvinculação do divino e direcionamento ao humano que se deixa governar pela razão. Em meados deste período, aproximadamente do século XII ao VIII a.C., a educação em Esparta estava voltada para a formação dos *guerreiros*. Conforme Costa (1995, p.65) “o ideal pedagógico consistia no cultivo das virtudes guerreiras, distanciado do conceito moderno de instrução”.

O Estado procurou agrupar as crianças por faixa etária, tendo como dirigentes aqueles que mais se destacavam. O educador surgido neste contexto foi o intitulado *proceptor*, embora nem sempre tivesse um comportamento no qual as crianças pudessem se espelhar. As mulheres, por sua vez, também recebiam uma educação semelhante aos homens, não sendo, portanto, uma educação restrita ao âmbito familiar.

No contexto ateniense, a educação visava à instrução do cidadão da *pólis*, os meninos aos sete anos eram retirados das famílias, recebiam educação física, musical e alfabetização, neste tempo surgiram diferentes educadores, tendo cada um destas sua função e prestígio social diferentes, o *pedagogo*, por exemplo, é o que conduzia a criança ao lugar onde receberia a preparação física pelo *pedótriba*, que por sua vez seria o instrutor físico.

Na história, a oficialização do ensino público só ocorreu por intermédio da oposição do imperador Juliano à expansão do cristianismo, conforme assevera Costa (1995, p.70), “quando, na tentativa de impedir a contratação de professores cristãos, exige que toda a nomeação de professor seja confirmada pelo Estado”. Assim, os professores passaram a defender os interesses do Estado. Salientando que, após a queda do Império iniciou-se a Idade Média, período marcado pela disseminação do cristianismo e no qual o trabalho docente foi inscrito em outro referencial filosófico pedagógico.

A expansão da Educação Infantil tem ocorrido desde o final da década de 1960, na Europa e na América e, no Brasil, a partir de 1970. Os principais fatores são: crescente urbanização, participação e inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, luta dos movimentos sociais, nivelamento de oportunidades para reafirmar a Teoria de Privação Cultural, entre outros.

O processo de inserção da mulher na profissão docente, entretanto, ocorreu principalmente por ter sido uma profissão que primeiro abriu espaço para as mulheres sem que houvesse a simultânea reprovação pela sociedade, outro motivo determinante foi o fato de a profissão ser associada com a maternidade.

No contexto brasileiro, a profissão docente aos poucos foi se tornando feminina, percebe-se, deste modo, que houve um aparente afastamento do setor masculino, o que é decorrente principalmente da má remuneração, desta senda, os salários baixos tornaram-se insuficientes para provimento das despesas com a família. Um outro fato, determinante para a feminização da docência se alicerça nas novas oportunidades de trabalho para os homens.

### **2.3- AS NOVAS COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

É preciso reconhecer que os professores não possuem apenas saberes, mas também competências profissionais que não se reduzem ao domínio dos conteúdos a serem ensinados, e aceitar a ideia de que a evolução exige que todos os professores possuam competências especiais.

Perrenoud (1999, p.7) define competência como “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”. Complementa apontando que não há consenso a respeito de uma “definição clara e partilhada das competências” (1999, p.19). A ação passa a ser um dos alicerces da competência, pois, os sujeitos constroem seus esquemas por meio de experiências renovadas e de uma postura reflexiva.

A competência avança sobre o limite dos conhecimentos, pois não se forma pela justaposição ou assimilação desses, mas pela estruturação de esquemas que mobilizam os conhecimentos nas situações apropriadas.

Existe hoje um referencial que identifica cerca de 50 (cinquenta) competências cruciais na profissão de educador. Algumas delas são novas ou adquiriram uma crescente importância nos dias de hoje em função das transformações dos sistemas educativos, bem como da profissão e das condições de trabalho dos professores.

Dentre as principais competências, faz-se relevante atentar para o organizar e estimular situações de aprendizagem, gerar a progressão das aprendizagens, conceber e fazer com que os dispositivos de diferenciação evoluam, envolver os alunos em suas aprendizagens e no trabalho, trabalhar em equipe, participar da gestão da escola, informar e envolver os pais, utilizar as novas tecnologias, enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão e gerar sua própria formação contínua.

A proposta das competências, todavia, é atravessada pelo pensamento piagetiano, pois a construção do conhecimento se dá a partir de ações físicas e mentais mobilização, articulação e ação que são aperfeiçoadas mediante processos de assimilação e acomodação desencadeados pelas situações apresentadas ao sujeito. Isso implica numa prática pedagógica que deve possibilitar “exercício contínuo e contextualizado dos processos de mobilização, articulação e aplicação dos saberes por meio dos esquemas mentais.” Ramos (2002, p. 408)

## METODOLOGIA

### CARACTERIZAÇÃO

Método científico é o conjunto de processos ou operações que se devem empregar em um estudo acadêmico. Assim, a partir deste conceito apresentamos, de forma sucinta, os métodos que embasarão esta pesquisa de campo: o *Método Dedutivo*, que é um raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas, por meio de uma cadeia racional em ordem decrescente, de análise do geral para o particular, chegando a uma conclusão. E o *Método indutivo* que deriva de observações de casos da realidade concreta, sendo as constatações particulares que levam à elaboração de generalizações.

Quanto ao *locus*, a pesquisa foi realizada em instituições de Educação Infantil do município de Fagundes-PB, especificamente na zona urbana, serão elas a Escola Municipal Nila Ferreira, escola da rede pública com turmas de ensino infantil e a *Creche Municipal João Francisco de Macêdo*, totalizando, assim duas instituições para diagnóstico.

A *Creche Municipal João Francisco de Macêdo* foi a primeira a ser visitada, esta oferece o ensino infantil e maternal em tempo integral, sendo três turmas de maternal e três turmas de pré-escolar, atendendo ao todo 75 (setenta e cinco) crianças de 2 a 4 anos. Possui um número total de 6 (seis) professoras em sala de aula, auxiliadas na atividade educacional por 6 (seis) monitoras.

A *Escola Municipal Nila Ferreira* foi a segunda a ser visitada, esta oferece um atendimento educacional, em três turnos, de quatro modalidades de ensino: Educação Infantil, Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio. Possui aproximadamente 1.300 (mil e trezentos) alunos matriculados, dos quais 80 (oitenta) são distribuídos em três turmas de Ensino Infantil. Esta modalidade educacional, por sua vez, funciona no turno matutino e contando com um quadro de 3 (três) professoras, auxiliadas por 3 (três) monitoras.

### SUJEITO

Os sujeitos alvo da pesquisa totalizam 5 (cinco) educadoras que lecionam nas turmas de

Educação Infantil das referidas instituições de ensino, pertencentes à rede pública municipal de Fagundes-PB.

### **COLETA DE DADOS**

Os dados foram coletados através de um questionário aplicado às educadoras que aceitaram participar da pesquisa, este continha 6 (seis) indagações referentes ao tema: *Um olhar sobre a prática pedagógica e a valorização dos professores de Educação Infantil em Fagundes-PB*. A coleta destes dados ocorreu no mês de setembro de 2014 e o questionário, instrumento da pesquisa, foi composto de questões objetivas e subjetivas.

### **ANÁLISE DE DADOS**

A partir dos dados coletados, foi realizada uma análise qualitativa levando em consideração as opiniões das professoras, resgatando a vez e a voz destes profissionais, analisando suas respostas respaldadas em autores da área da educação.



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Exporemos os resultados da pesquisa em tela através de quadros demonstrativos, nos quais se faz possível visualizar e analisar mais amplamente os dados coletados.

<b>QUADRO I -Turma de atuação</b>	
<b>Professoras</b>	<b>Respostas</b>
1	Jardim I e II
2	Jardim I e II
3	Creche (Maternal e Jardins)
4	Creche (Maternal e Jardins)
5	Creche (Maternal e Jardins)

Conforme a análise, as instituições da rede pública, em via de regra, dividem as turmas de Educação Infantil da seguinte forma: crianças até 3(três) anos de idade são acolhidas em creches, isto se dá pelo fato, principalmente, de possuírem uma estrutura mais adequada a atendê-las, todavia, nem todas as creches dispõem de berçários para acolher os pequeninos. As creches são subdivididas, especificamente em turmas de maternal, jardim I e jardim II, de acordo com a idade do alunado.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases e da educação, temos em seu artigo 30º que:

Art. 30º. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Das professoras entrevistadas, nenhuma atua no ensino pré-escolar I ou II, este que por sua vez atende as crianças na faixa etária dos 4 (quatro) até os 6 (seis) anos de idade, e, de acordo com nova nomenclatura, foi subdividido em Pré I e Pré II.

É importante destacar que a Pré-escola constitui uma faixa populacional de grande importância, um dos principais motivos é devido ao processo de maturação biológica por que passam os alunos nesta fase, tem, desta forma, um papel importantíssimo no preparo da criança para a alfabetização e deve cumprir este papel com competência. É o início da formação da criança, que terá, por sua vez, o primeiro contato com o processo de aprendizagem, que será a base para todos os anos de escola que ela terá no futuro.

<b>QUADRO II -Tempo de Serviço</b>	
<b>Professoras</b>	<b>Respostas</b>
1	1 a 5 anos
2	1 a 5 anos
3	1 a 5 anos
4	10 a 20 anos
5	10 a 20 anos

A experiência profissional na Educação Infantil, atributo relevante no desenvolver da função, é notória no quadro II. Sabe-se que quanto maior o tempo de serviço, mais experiência acumulada, ainda que tal experiência não se resuma unicamente à atividade educacional voltada à Educação Infantil. Certamente, educar não

é uma tarefa que possa ser atribuída exclusivamente à experiência ou tempo de serviço adquirido ao longo do tempo, desta senda, torna-se necessária e fundamental a formação adequada deste profissional.

Ser docente é um diferencial positivo na vida escolar principalmente em se tratando da criança pequena, deste modo, para se ter uma educação de qualidade faz-se importante que haja educadores competentes e suficientemente habilitados para lidar de forma eficaz com o alunado.

Sobre o conhecimento e experiências profissionais concernentes ao educador, de acordo com as lições de Nóvoa (2008, p.228):

Ele tem uma dimensão teórica, mas não é apenas teórico; tem uma dimensão empírica, mas não é unanimemente produzido pela experiência. Estamos diante de um conjunto de saberes, de competências e atitudes, mais (e esse mais é essencial) a sua determinação numa ação educativa. Há um certo consenso quanto à importância desse conhecimento, mas também há uma enorme dificuldade na sua formulação e na sua contextualização.

O autor enfoca a dimensão teórica e as competências que uma educação infantil problemática e sem qualidade, além de ser prejudicial no sentido amplo, pode prejudicar o desenvolvimento cognitivo e psicológico da criança. Os pequenos possuem uma diversidade de particularidades e necessidades que exigem um profissional qualificado e adaptado às suas realidades.

Desta senda, o professor da educação infantil deve compreender a importância do brincar, visto que, esse tipo de atividade é um eixo muito importante para o desenvolvimento e formação da criança, não como um agrado, mas como atividade essencial para os aspectos de formação da criança que o educador precisa saber, visto que, conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 21):

A concepção de criança é uma noção historicamente construída e, conseqüentemente, vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época. Assim é possível que, por exemplo, em uma mesma cidade existam diferentes maneiras de se considerar as crianças pequenas dependendo da classe social a qual pertencem, do grupo étnico do qual fazem parte.

Quando a criança vai à escola, ela apresenta grandes expectativas em relação ao ambiente, ao conteúdo e, principalmente, pela figura do professor, aquele que irá mediar esse processo, visto que as estruturas do conhecimento estão em constantes

modificações, passando por estágios de desequilíbrio, reequilíbrio para poder internalizar seu conhecimento. Sendo assim, a criança necessita de vivência qualitativa que possibilite esse intercâmbio de experiências e informações, conferindo uma aprendizagem significativa.

<b>QUADRO III -Formação Profissional</b>	
<b>Professoras</b>	<b>Respostas</b>
1	Magistério
2	Pós-graduação - Especialização em Gestão Escolar
3	Pós-graduação - Especialização em Psicopedagogia
4	Pós-graduação - Especialização em Educação Infantil
5	Pós-graduação - Especialização em Educação Infantil

Diretamente ligado ao questionamento do quadro anterior, este quadro tem como enfoque a importância da formação acadêmica dos professores para a melhoria da prática pedagógica. Os desafios enfrentados pelo profissional docente são diversos, todavia manter-se atualizado e desenvolver práticas pedagógicas eficientes acrescentam neste profissional um diferencial necessário à profissão.

Não surpreende, sob tais perspectivas, que a formação docente seja temática recorrente na Educação. Esta é uma preocupação evidenciada nas investigações mais recentes e na literatura da área, provocando debates que são encaminhadores de propostas acerca da formação inicial e continuada de docentes.

Acredita-se que a formação do docente é um dos fatores essenciais para a qualidade da educação, neste sentido, percebe-se no quadro de respostas que a maioria

das professoras entrevistadas possuem especialização no âmbito da Educação Infantil, entretanto, todas possuem curso superior na área. Faz-se necessário salientar que é de suma importância que esta formação profissional provoque mudanças reais nas práticas de ensino.

A partir da noção de que o mundo passa por constantes transformações, o que exige do profissional cada vez mais habilidade e competência, conforme assevera Nóvoa (2008, p. 23): “O aprender contínuo é essencial e concentra em dois pilares: a própria pessoa como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente”. Para o mencionado autor português, a formação continuada se dá de maneira coletiva e depende da experiência e da reflexão como instrumentos contínuos de análise, pois, o modelo de formação de professores centrados unicamente na transmissão de conhecimentos, vem, ao longo dos tempos, recebendo inúmeras críticas, e a prática pedagógica vem sendo considerada, atualmente o eixo central das novas propostas formativas.

Décadas passadas pensava-se que, quando terminada a graduação, o profissional estaria plenamente pronto para trabalhar em sua área o resto da vida. A realidade hoje é outra, principalmente para o docente que está consciente de que sua formação é permanente nas escolas. Neste sentido, traz o RECNEI (1998, p. 23) como definição para o *educar* para a Educação Infantil:

[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

É inegável a importância da formação docente para que haja uma melhoria efetiva na educação brasileira, em todos os seus níveis. A importância da qualidade educacional está no cerne das condições para que o país se torne mais justo em suas ofertas educacionais, profissionais e de acesso aos bens e serviços, mormente os da educação.

Entretanto, é inconcebível a ideia de uma Educação Infantil, ou como um todo, adequada sem que se forneçam os meios necessários para que esta seja eficiente, não se educa uma criança sem que, concomitantemente, a esteja cuidando por meio de sua higiene, alimentação e proteção de sua integridade física, por exemplo.

<b>QUADRO IV -O que a levou a escolher esta profissão?</b>	
<b>Professoras</b>	<b>Respostas</b>
1	“O desejo e o amor pela Educação Infantil”
2	“Para mim, é uma profissão satisfatória, sinto-me feliz em trabalhar com as crianças dia-a-dia em sala de aula”
3	“Gostar de crianças e do desafio de ajudar a formar pessoas letradas e críticas”
4	“Gostar de trabalhar com crianças”
5	“A identificação com o trabalho com crianças”

A partir dos dados obtidos, percebe-se que as respostas das professoras se baseiam primordialmente na afetividade que sentem por crianças. A afetividade, neste caso é vista como uma condição do processo de ensino-aprendizagem, ela dinamiza e dá o sentido necessário ao processo educativo. Não se pode viver sem afetividade, esta alicerça o caráter do sujeito refletindo em toda a conduta humana.

Num contexto em que a sociedade contemporânea apresenta a cada dia uma grande e rápida evolução no âmbito do conhecimento, o contexto educacional, não pode formar uma criança sem considerar seus aspectos físicos, psicológico, social, e principalmente sua interioridade afetiva.

Sob a abordagem psicanalítica, a afetividade é vista como processo no qual o indivíduo que se sente amado constrói o seu eu e descobre o prazer e de aprender. Sob a ótica piagetiana, ela se apresenta como fator fundamental, complementar e indissociável no desenvolvimento cognitivo do ser humano. Neste sentido, Paulo Freire (1996, p.160) aduz que:

A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. O que não posso obviamente é permitir que minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor(...) não posso condicionar a avaliação do trabalho escolar de um aluno ao maior ou menor bem querer que tenha por ele.

A relevância do papel do professor neste processo faz-se necessária para a promoção do desenvolvimento cognitivo, emocional e social deste ser em construção. É, portanto, através da postura do professor, na dinâmica de sua aula que se desenvolve parceria e laços de confiança e amizade as quais determinarão a promoção da aprendizagem e o bom relacionamento entre professor/aluno.

<b>QUADRO V - Quais as principais dificuldades no desenvolvimento de sua profissão?</b>	
<b>Professoras</b>	<b>Respostas</b>
1	“A ausência dos pais na Escola”
2	“O multisseriado”
3	“Primeiramente o desestímulo”
4	“Uma das principais dificuldades é a falta de material pedagógico adequado à faixa etária das crianças”
5	“A desvalorização ao professor e a falta de infraestrutura”

Conforme fora visto, o quadro supracitado expõe, segundo a opinião das professoras entrevistadas, os principais problemas para um bom desenvolvimento da Educação Infantil, alguns dos desafios que, quase na totalidade das vezes, são articulados e geridos nas situações do cotidiano utilizando os saberes adquiridos.

Como primeiro apontamento fornecido pelas referidas professoras encontramos a ausência dos pais no envolvimento com a educação das crianças, visto que para que a educação flua se faz necessário oportunizar os traços de informações em prol de uma parceria entre a família e a instituição de ensino. Não se pode esquecer a relevância do atendimento assistencialista no início das atividades da educação infantil no Brasil, mas à medida que a educação infantil foi se expandindo, foram surgindo outras perspectivas que visam atender a outras necessidades que não fossem apenas aquelas das mães que desempenhavam atividades laborais fora do lar e precisavam de um local para deixar seus filhos, atualmente, além de cuidar, é preciso educar.

Entretanto, muitos pais ainda vêem essa fase da Educação como assistencialismo ou favor. Todavia, o ensino público é um direito garantido desde a infância e quanto mais os pais se envolvem e cobram isso, maior a possibilidade de garantir um ensino de qualidade, uma grande parcela dos pais, todavia, ainda não compreende a necessidade desta interação e limita sua parceria com a escola à casos de problemas de saúde.

A educação e a aprendizagem não podem ser reduzidas ao contexto escolar. Assim, é importante a interação e efetiva participação dos pais na vida escolar de seus filhos. Os professores têm inúmeras funções pedagógicas, entre elas a de motivar o aluno a aprender. Porém, nenhum de seus esforços será completo se a família não assumir, também, a responsabilidade de fomentar uma aprendizagem realmente significativa. Desta forma, escola e família devem estar engajadas nesse processo, pois só assim será possível ao professor atuar com êxito em sala de aula e com mais propriedade no dia a dia da criança.

Saliente-se também a prática metodológica em classes multisseriadas, um outro fator apontado. As classes multisseriadas são uma organização de ensino nas escolas para agregar alunos de duas ou mais séries ou idades em uma mesma sala, com apenas um professor, prática muito presente principalmente no meio rural.

Faz-se necessário reconhecer que as classes multisseriadas revestem-se historicamente de um importante papel político e pedagógico, tal modalidade pedagógica têm assumido a responsabilidade quanto à iniciação escolar de grandes contingentes de brasileiros, ainda hoje. Não fossem elas, os altos índices de



analfabetismo que sempre marcaram a história da educação nacional seriam ainda mais alarmantes.

Considera-se, nesta perspectiva, que a escola multisseriada, mesmo com as suas limitações intrínsecas em termos de qualidade, é uma relevante alternativa pedagógica que, entretanto, cabe revisões quanto à sua aplicabilidade.

Quanto ao desestímulo docente e a desvalorização do profissional da Educação Infantil, dois outros fatores apontados, as mudanças que têm ocorrido nos vários setores da atividade humana afetam a todos e, de maneira particular, o profissional da educação, na sua formação e atuação. As cobranças pessoais do docente se acrescem às cobranças internas da escola, conjuntamente com as cobranças da própria sociedade, que tomando dimensões de uma gigantesca avalanche paralisam o trabalho do professor.

Saliente-se que a atividade deste profissional da educação não se situa apenas no âmbito do conhecimento, mas também da formação ética, em que estão em jogo entendimentos, convicções e atitudes que compõem o processo de preparação de crianças e jovens para a vida social.

Sobre as reivindicações dos profissionais da educação, para Codo (1999, p.306), as reivindicações:

Sejam elas salariais, sejam de condições do trabalho do professor, estão sendo pouco ou nada atendidas na atualidade. Por isso, embarcar a categoria numa luta em torno desses aspectos é, para o sindicato, muito complicado, levando-se em conta que as possibilidades de sucesso são bastante difíceis. Evidentemente, isso leva ao desgaste e geralmente ao esvaziamento do movimento. Mas, por outro lado, o sindicato tem que agir de algum modo, tem que levantar e se fazer ouvido das demandas de seus representantes e, por isso, opta por conduzir suas lutas estabelecendo elos de reivindicação e estratégias de pressão, como as greves, por exemplo.

Essa situação paradoxal que os professores vivem de serem muito cobrados nas responsabilidades da profissão e de serem muito pouco valorizados vem acompanhada de situações que vão além da capacidade de intervenção do professor, como as jornadas múltiplas a que é submetido e que impedem o seu enraizamento na instituição de ensino onde está instalado. Hoje, dentre as mais variadas realidades de professores espalhados por este país, só numa coisa eles têm uniformidade: sua desvalorização.

O último dos apontamentos, a ausência de material pedagógico adequado à faixa etária das crianças, é também uma das dificuldades na Educação Infantil, pois se

compreende a importância do lúdico como um instrumento colaborador no desenvolvimento cognitivo da criança.

O lúdico esteve presente em diversos períodos históricos, desde a Grécia clássica, Roma antiga, passando pela Idade Média e pelo Renascimento, possuindo em cada período características e interpretações distintas sobre sua função. É possível dizer que o lúdico é uma ferramenta pedagógica que os professores podem utilizar em sala de aula como técnicas metodológicas na aprendizagem, visto que através da ludicidade os alunos poderão aprender de forma mais prazerosa, concreta e, conseqüentemente, mais significativa, culminando em uma educação de qualidade. Conforme as lições de Bonfim (2010, p. 21):

Dar visibilidade à ludicidade na escola é perceber a criança como um ser que possui uma linguagem própria de expressão, é permitir-lhe experienciar um envolvimento mais profundo com que está sendo proposto.

Entretanto, há a necessidade concreta de um aparato de qualidade para o emprego das atividades lúdicas, a não utilização do lúdico na sala de aula, pode dentre outros fatores, ser atribuída, em alguns casos, ao não comprometimento de autoridades públicas em fornecer o material adequado para cada faixa etária, acarretando, assim, nodesenvolvimento de práticas pedagógicas tradicionais e sem dinamismo.

Conforme assevera Vieira (2009, p.11):

A existência de adultos habilitados, qualificados e valorizados, a presença de propostas pedagógicas e de diretrizes curriculares, a qualidade da infraestrutura e dos recursos pedagógicos disponíveis são aspectos ou condições que precisam ser observadas para que o cuidado, e a educação ministrada sejam de qualidade.

Assim, o lúdico possibilita o estudo da relação da criança com o mundo externo, através das atividades lúdicas e do jogos, a criança forma conceitos, seleciona ideias, estabelece relações lógicas, integra percepções, faz estimativas compatíveis com o crescimento físico e desenvolvimento e, por meio dele vai se socializando com as demais crianças. Desta senda, a ludicidade, tão importante para a saúde mental do ser humano é um espaço que merece atenção das autoridades, dos pais e educadores, pois é o espaço para expressão mais genuína do ser, é o espaço e o direito de toda a criança para o exercício da relação afetiva com o mundo, com as pessoas e com os objetos.

<b>QUADRO VI- Você acredita que existam diferenças entre as práticas pedagógicas dos professores da Educação Infantil de escolas públicas e particulares?</b>	
<b>Professoras</b>	<b>Respostas</b>
1	Sim
2	Sim
3	Não
4	Sim
5	Não

O direito expresso pela LDB de garantia de oferta de vagas públicas na educação infantil ainda não se concretizou. O déficit de vagas nas creches e escolas de educação infantil na rede pública ainda é uma realidade em localidades do país. Todavia, os serviços sociais anteriormente providos exclusivamente pelo Estado deixam de ser um direito e agora passam a ser adquiridos pelo cidadão-cliente na esfera do mercado, como é comum no capitalismo.

A educação privada no Brasil nunca representou uma opção democrática, ou seja, nunca significou, como em outros países, uma alternativa a uma educação pública de qualidade. Ao contrário, na história da educação brasileira, o setor privado disputa com o projeto de fortalecimento da educação pública e gratuita.

Na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, o setor privado lutou de forma ativa contra a educação gratuita e sua universalização. Conseguiu colocar na Constituição da República Federativa do Brasil o artigo 209, que legaliza a sua atuação e formaliza a educação com fins lucrativos como uma mercadoria, assim dispõe o artigo:

Art 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I-Cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II-Autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Todavia, o setor privado não obteve todas as vitórias que pretendia, a Constituição de 1988 colocou de forma inconfundível a educação como um direito e dever do Estado, mantendo ao mesmo tempo uma rede pública e gratuita em todos os níveis de ensino. Ressalte-se que durante toda a década de 1990 até início de 2002 o Brasil apesentou, com a implementação do projeto neoliberal, um fortalecimento dos interesses privatistas e um enfraquecimento dos interesses públicos.

Atualmente, há uma crescente proliferação de escolas de educação infantil privadas, autorizadas ou não, com atendimento feito por pessoal habilitado ou não-habilitado, em que as condições de trabalho nem sempre são regulares. Saliente-se que da mesma maneira como abrem muitas escolas de educação infantil particulares, também é verdade que muitas fecham, principalmente por não conseguirem implementar um padrão mínimo de qualidade. Sabe-se que é um direito das famílias optarem por um ensino público ou privado para os filhos, todavia, se faltarem vagas na rede pública, as autoridades públicas devem ser questionadas.

De acordo com quadro acima, é possível perceber que a maioria das professoras entrevistadas concordam que há diferenças entre a prática pedagógica das escolas públicas e privadas quanto à Educação Infantil. Considerando a real importância de se aplicar com clareza o conhecimento que possui, bem como propiciar um bom desempenho significativo dos alunos, orienta-se estar atento a determinadas questões como planejamento e assiduidade.

Nas últimas décadas, o Brasil fez importantes avanços na educação básica como um todo, sendo o mais importante deles a universalização do acesso. Entretanto, imensos desafios ainda permanecem para a sociedade no tocante à educação das

crianças. Entre eles, o maior desafio é, de forma ininterrupta, a constante melhoria da qualidade da educação nos estágios iniciais.

Já se tornou uma realidade preocupante a qualidade atual do ensino público no Brasil, sendo a maior parte das escolas privadas, quando analisadas em sua estrutura como um todo, melhor do que as públicas. Ressalte-se, entretanto, que um dos frequentes problemas nas escolas de rede pública, principalmente nas estaduais, é a falta de professores em sala.

No ensino público é comum os professores que gozam de estabilidade, entrarem em greve ou não comparecerem ao trabalho, sem avisar previamente para que se possa substituí-lo. De forma conceitual, a estabilidade é, em síntese, a garantia constitucional que protege o agente público e o resguarda de decisões sumárias, garantindo processo com ampla defesa no contencioso administrativo ou na Justiça Comum. Diferentemente do setor público, no setor privado existe um maior controle do desempenho e produtividade, o que vem, normalmente, associado a uma conseqüente maior eficiência no serviço prestado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa realizada com o intuito de alicerçar o trabalho de conclusão de curso de pós-graduação em Fundamentos da educação: práticas pedagógicas interdisciplinares, oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba, buscou-se investigar principalmente a opinião de professores da Educação Infantil sobre a prática e valorização de seu exercício profissional.

Diante da revisão de literatura, bem como dos resultados da pesquisa realizada, é possível concluir que a Educação Infantil notoriamente constitui uma etapa de grande relevância no processo de aprendizagem, um dos principais motivos é devido ao procedimento de maturação biológica por qual passam os alunos nesta fase, tem, desta forma, um papel importantíssimo no preparo da criança para a alfabetização e deve cumprir este papel com competência e engajamento.

Uma educação infantil problemática pode prejudicar o desenvolvimento da criança como um todo, este alunado em específico possui muitas particularidades e necessidades que exigem um profissional qualificado, bem como um ambiente adequado.

O professor da educação infantil tem que entender a importância da prática lúdica, posto que este tipo de atividade é determinante para o desenvolvimento e formação da criança. A ludicidade, tão importante para a saúde mental do ser humano é um espaço que merece atenção das autoridades, dos pais e educadores, pois é o espaço para expressão mais genuína do ser direito de toda a criança.

Constatou-se também que a formação do docente é um dos fatores essenciais para a qualidade da educação, esta é uma preocupação evidenciada nas investigações mais recentes e na literatura da área, provocando debates que são encaminhadores de propostas acerca da formação inicial e continuada de docentes, entretanto faz-se necessário salientar que é de suma importância que esta formação profissional provoque mudanças reais nas práticas de ensino, visto que as constantes transformações exigem do profissional cada vez mais habilidade e competência.

Faz-se necessário apontar também a necessidade de se considerar os aspectos físicos, psicológico, social, e principalmente a interioridade afetiva da criança no contexto educacional, visto que sob a abordagem psicanalítica, a afetividade é vista como processo no qual o indivíduo que se sente amado constrói o seu eu, e descobre o prazer e o desejo de aprender.

Pode-se afirmar, contudo, que a atividade do docente da Educação Infantil não se situa apenas no âmbito do conhecimento, mas também da formação ética, em que estão em jogo entendimentos, convicções e atitudes que compõem o processo de preparação de crianças e jovens para a vida social.

Entretanto, sejam suas reivindicações salariais, sejam de condições do trabalho, ainda estão sendo pouco ou nada atendidas na atualidade, tal situação de cobranças confrontadas com constantes desvalorizações vem acompanhada de circunstâncias que vão além da capacidade de intervenção do professor, como as jornadas múltiplas a que é submetido e que por vezes impedem o seu enraizamento na instituição de ensino onde está instalado, problemas que ainda esperam a observância dos poderes públicos.

## REFERÊNCIAS

BONFIM, Patrícia Vieira. *A criança de seis anos no ensino fundamental: uni-duni-tê...corporeidade e ludicidade - mais que uma rima, um porquê*. Programa de pós-graduação, processos socioeducativos e práticas escolares. Departamento de Ciências da Educação. Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2010.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

\_\_\_\_\_, *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Atualizado até a Lei nº 12.796/2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)> Acesso em 2 de agosto de 2014.

\_\_\_\_\_, *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em 2 de agosto de 2014.

CODO, Wanderley (coord). *Educação, Carinho e Trabalho*. São Paulo: Cortez, 1999.

COSTA, Marisa Cristina Vorraber. *Trabalho docente e profissionalismo*. Porto alegre: Sulina, 1995.

DECROLY, O. y MONCHAMP, E. *El juego educativo: iniciación a la actividad intelectual y motriz*. Madrid: Morata, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários para a prática educativa*. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FROEBEL, F. *A Educação do Homem*. Tradução de Maria H. C. Bastos. Passo Fundo, RS: UPF, 2001.

INCONTRI, Dora. *Pestalozzi – Educação e Ética*. São Paulo: Editora Scipione, 1997.

\_\_\_\_\_. *Pedagogics of kindergarten: his ideas concerning the play and playthings of the child*. Tradução de Josephine Jarvis. New York: D. Appleton, 1912.



KRAMER, Sônia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica*. 2ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LUNARDI, Elisiane Machado. Uma abordagem histórica da infância e educação. In.: *A função reprodutora/criadora da linguagem das artes plásticas na educação infantil pré-escolar: Um olhar na prática educativa sob o enfoque sócio-cultural*. Dissertação de Mestrado em Educação: UFSM/RS, 2003.

MERISSE, A. Origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches. In: *Lugares da Infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato*. São Paulo. Arte e Ciência, 1997.

NÓVOA, A. Os professores e o “novo” espaço público de educação. In: *O ofício do professor: História, perspectivas e desafios internacionais*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2008.

PERRENUD, P. *Construir competências desde a escola.*; tradução. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; MORAES, Célio Vanderlei. *Educação, Participação e Direitos Humanos*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

PIAGET, Jean. Epistemologia genética. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

RAMOS, M. N.; *A educação profissional pela Pedagogia das Competências: para além dasuperfície dos documentos oficiais*. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002008000020&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000020&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 de Setembro 2014 As.:16:30:01.

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Trad. Jussara Simões São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ROSEMBERG, F. A Educação Pré-escolar brasileira durante os governos militares. In *Caderno de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

UEPB. *Coetânea de textos Didáticos*. Vol. 7. Campina Grande – 2013.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. *A formação de professores e Educação Infantil*. 19 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

## **ANEXOS**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:**  
**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

Solicito ao professor que responda o questionário que servirá de subsídio para a elaboração da monografia intitulada “(TEMA)” no curso de especialização em “Fundamentos da educação: práticas pedagógicas interdisciplinares” da UEPB.

Atenciosamente,

Maria Eliete Rodrigues de Ataíde Gomes

I- Identificação do Professor

1-Turma de atuação

( ) Jardim I e II ( ) Maternal ( ) Creche

2-Tempo de ensino

( ) 1 a 5 anos ( ) 5 a 10 anos ( ) 10 a 20 anos

II- Questões referentes à formação

1-Qual a formação que possui? \_\_\_\_\_

2-O que o levou a escolher esta profissão?

---

---

3-Quais as principais dificuldades no desenvolvimento de sua profissão?

---

---

---

III- Questão referente à atuação profissional

1-Como você avalia hoje esta profissão no que se refere à satisfação pessoal?

( ) Péssima ( ) Ruim ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima